

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Herdeiros de Tântalo: Sobre o período de transição do IHGB entre Monarquia à República (1870-1907).”

Autor: Alesy Soares Oliveira

Orientador: Renato Amado Peixoto

Mestrando pela UFRN. Email: soaresalesy@gmail.com

RESUMO:

O seguinte artigo tem intuito de contribuir na discussão historiográfica a respeito do papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na historiografia nacional frente às mudanças ocorridas na transição do período Monárquico para o Republicano, tendo como base para a discussão as revistas produzidas no IHGB. A classe intelectual percebia o conflito que estava estabelecido em relação a sua posição nas articulações políticas, assim influenciando o tipo de escrita produzida. Pode-se estabelecer pelo menos duas questões em debate: a primeira pauta-se no diálogo entre líderes à frente do governo e o presidente do IHGB na época com intuito de mediar relações no bloco de intelectuais presentes no instituto. A segunda questão está nas relações estabelecidas com o novo regime que produziram algumas noções de História que divergem entre si, sendo importante discutir a efetividade dessas produções e sua intencionalidade. Como referencial teórico serão conduzidas as discussões baseadas nos autores Lúcia Guimarães, Hugo Hruby e entre outros essenciais à temática. Por fim, o período de transição entre Monarquia à Primeira República se constitui em um momento estratégico para formatação de uma escrita da história do Brasil, vital para o entendimento da construção da historiografia brasileira.

Palavras-chaves: IHGB – Monárquico-Republicano – Historiografia

Introdução

A transição do período monárquico para o republicano influenciou diversas mudanças que afetaram vários campos da sociedade, o intuito desse trabalho é observar parte dessas mudanças na historiografia desse período e como alguns desses rearranjos foram sentidos e apropriados. Partindo das discussões realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (**IHGB**) e apontamentos de autores chaves para o debate da temática. Estabelece-se nessa análise uma classe intelectual que percebia o conflito posto em relação a sua posição no jogo político. Atenta-se à transformação perceptível nas formas de narrativa e entendimento da relação com o político. A percepção sobre essas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mudanças influenciou o cerne existencial do IHGB e os olhares perante ao passado que flutuam com as margens políticas , assim como os entendimentos sobre o papel da nação.

O que se espera aponta aqui são perspectivas que demonstrem caminhos possíveis de pesquisa, com isso contribuindo para a discussão das produções de uma historiografia do fim do período monárquico até o início dos anos 30 do século XX. Dessa forma caminhando para o esclarecimento das transformações sobre os entendimentos filosóficos e estéticos da natureza do trabalho histórico ali produzido. Com a chegada do fim dos privilégios adquiridos sobre a produção do conhecimento histórico no período imperial precisou-se encontrar formas de adequação desses trabalhos, e da mesma forma com os caminhos que a recém República iria tomar, confundindo-se conscientemente com a nação.

Diante disso, atribui-se sobre o recorte a participação de alguns presidentes do Instituto¹, aqui será dado uma atenção ao Olegário Herculano de Aquino e Castro, relatando suas interações entre líderes à frente do governo, a fim de entender a mediação das relações no bloco de intelectuais presentes no instituto, em razão de sustentar a sobrevivência da instituição, e por fim compreender as relações estabelecidas com o novo regime que foram produzidas frente a algumas noções de história que divergem entre si, sendo importante discutir a efetividade dessas produções e sua intencionalidade. Partindo desses escritos encontrados na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (**RIHGB**), entende-se que o período de transição entre Monarquia à Primeira República estabelece um importante passo para a escrita da história do Brasil.

Os Herdeiros de Tântalo

Ao fim da monarquia, a geração dedicada na produção do ideário de nação e por assim dizer, a História do Brasil, agora se viam longe de seu maior financiador e patrono. O IHGB percebia a mudança vindo de diversos âmbitos. Pode-se estabelecer alguns dos

¹ Referência ao evento, no qual apresentei um panorama geral sobre os Presidentes a frente do IHGB no período de transição: XV Encontro de História da ANPUH-MS, ainda não publicado até a presente data. (19/07/2021). Intitulado, “Qual História do Brasil: apontamentos sobre o IHGB e a historiografia no limiar do século XX (1889-1907)”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fatores que mostram uma absorção consciente da prática de adequação da narrativa histórica e do papel do instituto a serviço da República nascente, que paradoxalmente se exime de aspectos políticos sendo essa suposta neutralidade, uma das características políticas mais fortes presente nesse recorte do IHGB.

Dom Pedro II não veria seus esforços na área intelectual serem transformados em algo palatável, esse “fardo” agora ficaria aos seus “herdeiros” do instituto que iriam lidar com a difícil tarefa de organizar, a partir da lógica da nação, uma história de um povo que era desconhecido em grande parte pelos membros daquele círculo. Tal como os filhos e netos de Tântalo na Mitologia grega, que teriam que conviver com os pecados e decisões de seu patrono, que fora castigado pelos deuses por zombar e roubar o seu néctar sagrado. Tântalo sempre estaria com fome e sede e até poderia ver frutas e água em sua frente, mas nunca os alcançaria. Dito isso, qual posição seria tomada por parte dos intelectuais do IHGB que nutria de uma relação tão próxima com seu imperador? A resposta não é simples, provavelmente analisando os aspectos políticos dos líderes à frente do governo da época, dos sócios participantes e dos presidentes do IHGB, pode-se encontrar algumas pistas.

A autora **Lúcia Paschoal Guimarães (1995)** é referência quando se trata dessa temática, em seu livro *“Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”* aborda o crescente aumento da produção de escritas da história a partir de 1870 no IHGB. Em Guimarães, o argumento principal é de que o Instituto teria produzido pouca história escrita e não teria cumprido sua vocação principal, ocupando-se mais em **coligir** documentos e com isso produzir uma memória para a nação, o que é questionado pelo autor **Francisco Gouvea de Sousa (2012)** em sua Tese de Doutorado intitulada *“Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)”* em que apresenta algumas memórias históricas produzidas no IHGB desse período.

Sousa apresenta uma perspectiva diferente para essas produções, diferenciando-se da Lúcia Guimarães e também, em certa medida, do autor **Hugo Hruby (2007)** na dissertação de mestrado *“Obreiros Diligentes e Zelosos Auxiliando no Preparo da Grande Obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1912)” que traz à tona algumas ideias de história presentes na produção do IHGB, que em grande parte está contida na revista do instituto. Hruby apresenta também a noção de “Obreiros”, pessoas que estavam preparando o “terreno” para a produção da grande história do Brasil, dessa forma existia o entendimento que intelectuais não se percebiam, em parte, enquanto propriamente historiadores.

Sousa vai apontar que essas memórias históricas merecem uma certa atenção, não em seu sentido de relevância histórica, mas para entender como a forma política se dava em torno desses textos, possibilitando uma análise do discurso:

Considerar tais memórias históricas como relevantes na produção do IHGB não implica, porém, dizer que foram em alguma medida decisivas, mas que compunham um tecido periférico que irrigava o vocabulário político. Os sócios do Instituto e suas escritas não precisam disputar um local na historiografia brasileira para que se perceba o quanto suas produções firmaram formas de compreensão do passado, e por ele, da política. O que me parece fundamental não é afirmar a centralidade dessa produção, nem uma disputa entre cânones; muito pelo contrário, é como um tecido periférico que essa escrita irrigou e penetrou nas formas de compreensão do passado. (SOUSA, 2012, p. 19).

Outra perspectiva encontrada por Sousa está na forma em que se estabelece o vocabulário do IHGB no período republicano. O período que se estende desde a queda da monarquia até o limiar dos anos 30 do século XX, pode ser considerado bem diferente das posições de outrora que adquiriram embaixo da proteção de seu imperador. O papel político de embate e disputa é evidenciado, pois a existência e relevância do instituto dependia dessas ações. Sousa ilustra que estes escritos serão lidos em forma de um caso singular, um fenômeno que não é perceptível de longe, nem exatamente o órgão principal daquela formação social – como o foi a corporação militar na República –, porém tendo a consciência de que sem estes fenômenos **“aqueles órgãos mais nítidos jamais poderiam ter resultado em um corpo vivo”** (grifo meu). (SOUSA, 2012, p. 21).

Havia uma dicotomia entre os acontecimentos “mundanos” e o que ocorria dentro do instituto. A máxima dos presidentes era de uma neutralidade que se estabelecia para os demais intelectuais, com algumas distinções ao longo desse primeiro período republicano, até mesmo com a existência de autores que abraçam a “inevitável” ou “natural” chegada da república vigente. Os Herdeiros de Tântalo tinham agora a árdua

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tarefa de se firmarem enquanto úteis ou inofensivos ao novo governo, e ainda mais, afirmar o ensejo de participar das constituições e formatações do espaço-nação.

A diferença no olhar da escrita dos intelectuais do IHGB entre o início do governo de Prudente de Moraes, era **conciliadora**. Apesar das relações óbvias que foram construídas com o imperador ao longo da sua existência, o instituto possui alguns intelectuais que determinam uma continuidade de dinâmicas e estruturas históricas condizentes com o tipo de história que era feita ali (em seu sentido mais teleológico). Os olhares para IHGB eram de desconfiança, “um ninho de sebastianistas” situação que mudaria gradativamente ao início de 1895, com a já referida aproximação de Prudente de Moraes, que até respeitou a cadeira vazia do imperador, ficando ao lado desse lugar com os demais nas sessões do IHGB em que participou.

O entendimento desses períodos é abordado por Hruby quando coloca que nos primeiros governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os intelectuais estavam submetidos a essa situação:

Sob o receio da restauração monárquica, após completar seu segundo aniversário, a República teve um novo chefe e novos problemas e o Instituto Histórico, sob a nova presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro, esforçava-se em continuar com seus trabalhos. Nestes momentos iniciais o IHGB esteve a ponto de desaparecer. O Instituto havia incorrido na antipatia “de certo Ministro” do Governo Provisório que via no IHGB “um ninho de sebastianistas” e “um centro disposto a combater as novas instituições”. Este Ministro (não citado) defendia a dissolução do Instituto, distribuindo seus livros à Biblioteca Nacional e os objetos, ao Museu Nacional. (HRUBY, 2007, p. 43).

O caso não é comentado diretamente por Lúcia Guimarães, mas possui indicações quando abordar essa diferença de posições dizendo: “ao que parece, os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*” (GUIMARÃES, 2007, p. 431). Citação inclusive que também foi mencionada por Hruby. Com o intenso começo da República e uma calmaria momentânea com a chegada de Prudente de Moraes, o instituto caminhou para sua sina de neutralidade, algo compreendido em todo esse período analisado. Dessa forma Hruby vai afirmar:

Para além do desânimo vejo muita cautela por parte dos sócios do IHGB. Voltava-se a delimitar que o que se fazia “ali dentro” não se misturava com o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que acontecia “lá fora”, deixando aos pósteros as devidas investigações. Nesse discurso da presidência transparece uma tentativa explícita de separar a instituição do seu quadro social. As fortes simpatias de alguns de seus membros pelo regime deposto eram apagadas pelo pretense caráter neutral do Instituto. (HRUBY, 2007, Pág. 44).

A escrita da nação vai passar por uma série de reconfigurações em seu sentido. O primeiro que é visto está na presença da neutralidade que encaminha os discursos a uma conformidade com o que está posto, ou mesmo na forma de estabelecer uma distância na análise de recortes temporais. Alguns momentos históricos não eram tocados ou estudados com muito afinco por causa de sua proximidade temporal, afirmavam os intelectuais do IHGB. Em contrapartida, o surgimento de temas que outrora não haviam avanços em seu estudo, com a chegada da República, passam a serem explorados. É o caso da regência e independência. Agora essas memórias iriam atender a um outro sentido, as comparações feitas com independência e a instauração da República tornam as narrativas parte do mesmo processo, sendo assim vista como complementares, e não destoantes.

Essa discussão vai ser colocada também na problemática principal apresentada na tese de Sousa, “*como a escrita da história feita ao longo do Segundo Reinado, que tratou, sobretudo, da Independência e das regências (da proclamação e de revoltas), ofereceu recursos às recepções da República*”. As atribuições de sentido feitas por esse autor servem ao presente artigo como orientação do olhar para as fontes (com destaque a revista do IHGB) e na observação cuidadosa à linguagem construída no texto dos discursos e trabalhos dos intelectuais. Dito isso, os caminhos que se deram a conformidade no instituto, não foram lineares e homogêneos. A percepção dos eventos da república e por assim dizer, seus escopos de análises (Independências e Regências), às vezes ocorriam em tons diferentes. Sousa dessa forma apresenta:

Em outras escritas da história, porém, o que veremos é justamente o inverso. Nestas, a Proclamação também aparece como “fatalidade”, porém com um sentido inverso ao da primeira recepção. Nessa segunda recepção, a Proclamação teve antecedentes, foi a culminância de algo e, por vezes, teve ela mesma seu desenrolar. Assim, a Proclamação estava ligada ao passado por uma teleologia, já se encontrava inscrita na história. Até chegar a esse ponto, algumas escritas foram parcialmente indicando o caminho: o de ler a Proclamação como a culminância de um processo. (SOUSA, 2012, p. 71).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Existia por parte de alguns sócios uma tremenda desconfiança, ainda mais intensificada com a forma que os primeiros governos republicanos conduziram o contato com os intelectuais e pela série de revoltas e discussões sobre as formas autoritárias de controle da população. A perspectiva “neutra” dos sócios do IHGB se mostrava na tentativa de separar o que acontecia dentro das paredes do instituto com o mundo de fora. Os Intelectuais nesse primeiro momento não se sentiam confortáveis de modo geral. Entretanto, a regra era de não se envolver diretamente, e deveriam deixar a “História” determinar se o rumo que a Monarquia ou a República teriam seguido era o melhor caminho à prosperidade da Nação.

Apesar disso, é possível encontrar comentários nas sessões do IHGB sobre as perspectivas de um autoritarismo militar. Hruby apresenta a fala de Olegário Herculano para comentar que o presidente do IHGB cita as impressões do francês Victor Cousin sobre os acontecimentos políticos na França, ressaltando o seu desejo por liberdade, independente da forma de governo. Assim Hruby traz a passagem na RIHGB do próprio Olegário Herculano para demonstrar tal ponto:

“Eu aspirava com entusiasmo a um futuro que não sabia bem qual pudesse ser; a uma liberdade, cuja fórmula, se eu lhe a pudesse dar, seria esta: Governo qualquer com a maior soma possível de garantias individuais e também com o menor arbítrio possível na ação administrativa.” (1893, p. 292 apud HRUBY p. 68, 2007)

A determinação da aproximação do Instituto com a República deve ser entendida na medida que novos sócios foram sendo admitidos naquele seio intelectual. A presença de seres de ambos os lados (Monarquistas órfãos e republicanos nascentes) equilibrou as discussões até a entrada de Rio Branco na presidência do IHGB, em que a guinada para a república é aceita como inevitável e vital para a continuação do instituto enquanto órgão formatador da história da nação, sendo requisitado muitas outras vezes para essa função. Alguns nomes sobressaem para o entendimento dessa natureza complexa que se formou ao final do século XIX naquela instituição: Olegário Herculano, Joaquim Nabuco e Barão de Rio Branco são alguns desses.

Tergiversações e Sutilezas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pretende-se agora estabelecer algumas das mudanças trazidas pelo corpo intelectual diante das turbulentas modificações que passavam o Brasil republicano (1889). Hruby vai lembrar da importância Olegário Herculano de Aquino e Castro ao delimitar o campo de atuação do Instituto como neutro, em que não entraria a política com as suas *“tergiversações e sutilezas”* (HRUBY, 2007). Entende-se aqui um primeiro momento em que o mundo político era algo separado da realidade daquela geração recém tirada das perspectivas monarquistas. Era comum em algumas sessões, elogios e enaltecimentos a figura do monarca, mais ainda na sessão comemorativa do falecimento do Imperador (março de 1892) em que a monarquia é compreendida como um regime que não cedeu às práticas de violência e perseguição. Até a aproximação de Prudente de Moraes poderia se dizer que aquele ambiente estava tomado de figuras defensoras de uma restauração da monarquia, algo que fora esperado e cogitado pelos acontecimentos relativos a atentados em prol de uma causa monarquista, que não era de toda forma bem estabelecida enquanto movimento uníssono.

Dessa forma, como a narrativa historiográfica será instituída? O Catolicismo e o Patriotismo eram elementos que se mostraram efetivos na proposição de caminhos por onde a história deveria ser seguida. O sentimento de “um patriotismo ateu” que fora referenciado por Olegário Herculano, era tido como algo absurdo e monstruoso. Pode-se citar o parecer da comissão de admissão do Padre Júlio Maria que gerou polêmica no seio do Instituto. O relator Barão de Alencar acreditava que a Igreja “era tão importante como instituição quanto o próprio Estado”. O Barão indagava que o Brasil, como país católico, tinha assumido uma “temerária responsabilidade” ao inovar desconhecendo a religião tradicional do povo, e que a igreja deveria ter o direito de questionar quando seu papel estivesse sem prestígio diante do estado. (HRUBY, 2007).

A História escrita no IHGB daquele período abarcava nos seus escritos o recorte temporal da presença monárquica no Brasil. A narrativa ou mesmo a ideia era mostrar como o império fora conduzido até o seu fim. O principal problema seria a sensação de desconforto ou mesmo conflito com o que estava ocorrendo no país em função da ascensão republicana, que em suma, não fazia sentido aparente com o que estava sendo feito no instituto. Os sócios tentaram conduzir essa questão com exímio cuidado. É

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interessante ver a trajetória de Joaquim Nabuco de Araújo nesse sentido, um personagem intrigante e que está incluso nesse momento, Hruby chega a comentar sua participação na instituição:

“Joaquim Nabuco de Araújo fez o discurso mais contundente na defesa do registro do Primeiro e Segundo Reinados. Ao tomar posse, ele expôs três motivos que o levaram a aceitar o convite para que ingressasse no Instituto. Além de ajudar a conservar os documentos importantes do passado do país, principalmente pelo empenho em preservar aqueles de seu pai, o Senador e Ministro José Tomás Nabuco de Araújo, dizia atender a um pedido feito pelo próprio monarca antes de falecer no exílio. Afora estes dois motivos pessoais, o terceiro, segundo ele, era de “piedade nacional”. Joaquim Nabuco afirmava que a nossa história estava atravessando uma crise que poderia levá-la a uma “mutilação definitiva”” (HRUBY, 2007, p. 168).

Joaquim Nabuco de Araújo, quando defendia a força do governo de D. Pedro I ressalta que, apesar de todos os erros do Imperador e de seus ministros, o Brasil durante os dez anos de sua administração tinha feito mais progressos em inteligência do que nos três séculos decorridos desde a sua descoberta até a proclamação da Constituição Portuguesa em 1820 (HRUBY, 2007). Toda essa agitação de Nabuco não saiu da forma que ele esperava, o IHGB se manteve cauteloso em seus elogios e trabalhos sobre o período em que abordava os empenhos dos imperadores. Homenagens e celebrações surgiram algum tempo depois, acometidos pelo ideal de um bom patrono e que deixou as bases para uma República forte.

Assim fica claro a presença de uma diplomacia republicana com a presença de diferentes herdeiros do Império, tais como Rio Branco ou Nabuco. Joaquim Nabuco tem uma significativa mudança de perspectiva bem referenciada por Sousa (2012), enquanto o dever daqueles que eram ligados à nação, mas se viam ainda com raízes no império. Em suas palavras, ele muda de “O dever, porém, dos monarquistas sinceros, quando mesmo a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela”² para “Ser-lhe-ia grato estar presente nesse momento, porque sempre foi um sincero desejo seu ver-me reconhecer o inevitável e servir o país sob as novas instituições.”³. Sua diferença de

². NABUCO, Joaquim. O dever dos Monarquistas: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895

³ NABUCO, Joaquim. A república é incontestável. Gazeta de Notícias, 19 de setembro de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

posicionamento, agora ver a República como algo inevitável, assim é dever daquela geração estabelecer um caminho próspero a nação.

Diante disso, Sousa traz um ponto, que poderia ser muito bem explorado por pesquisas que tenham em mente a noção do espaço, em orientação com a mudança de perspectiva de Nabuco, que na ideia do autor, participa de um quadro mais amplo, levando em conta o discurso mais favorável a República, quando Nabuco atuava ao lado de Rio Branco na diplomacia republicana⁴. Nabuco centralizava novamente seu argumento nas experiências republicanas nas Américas, porém agora não como crítica, mas como elogio destas e da República brasileira. As contribuições para as configurações de espaço que marcaram a trajetória de Rio Branco podem ter sido atravessadas por essas discussões comentadas. (SOUSA, 2012).

Os paralelos estabelecidos com o início da Monarquia e o da República partiam da forma de recepção. "A República não decorria das ações dos homens", pela falta de referências a momentos recentes daquela República. Com isso, a República "nessas narrativas não tinha como marco 1870 e seu manifesto republicano, mas todo movimento de contestação da monarquia, como em Codoceira ou em Milton". (SOUSA, 2012)

"O uso político da história era o de construção da verdade e do esquecimento" (SOUSA, 2012, p. 91). Assim toma-se forma o que vai ser entendido pelo autor citado, como duas percepções da República, uma que se estabelece na conhecida narrativa republicana que detém as próprias bases para sua formação, e outra que ganha um contorno mais claro nas ações e discursos de Aquino e Castro com a instauração do governo civil em 1895 que entende uma continuidade das ações sobre a nação, independente da forma de governo:

Seja monarquia constitucional ou república, a nação era a mesma. Importava, assim, manter-se neutro, mantendo as convicções particulares fora do âmbito do IHGB, espaço das letras "onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas". Nessa recepção a própria república acaba se situando em um plano inferior ao da nação, pois o compromisso com a nação deveria estar acima da convicção política. Nesse movimento, o passado a ser memorado era o Império. (SOUSA, 2012, p. 91).

⁴ Este é um discurso que presta conta dessa atuação precisamente pela questão da Guiana Inglesa, segundo Sousa (2012).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dessa forma Nabuco em uma das posições diante da República, a elogia, mas também apresenta sua noção própria de República, os intelectuais do IHGB estabelecem sua narrativa que era propositalmente acessória, inofensiva e paradoxalmente política. Assim sintetizando as posições sobre o novo governo, Sousa Traz:

As duas posturas frente à proclamação da República então ficam assim sintetizadas: 1) de um lado, o Império aparece como uma sombra que encobre a República, muito embora não se transformasse em uma ação política direta: essa postura não se converteria diretamente em uma tentativa de restauração, em uma luta pela volta de D. Pedro II; 2) de outro lado, temos uma América republicana, onde a ideia de privilégio deixava de ser lida em seu sentido antigo – o privilégio como o dever do qual Nabuco falava em 1895 – para ser um privilégio que devia ser combatido, o domínio de um sobre todos, a tirania.(SOUSA, 2012, p. 93).

Uma discussão que pode se dar a partir disso é o conceito de verdade que estava presente no IHGB. As paixões que eram tão reprimidas e desaconselhadas, agora deveriam ser caminhadas pela ótica do patriotismo, que serviriam quase como um método, apontando o caminho ideal, isentando-se de qualquer papel político. Os estudiosos tinham um pacto com algo maior: Nação. Com isso, Sousa preenche: “A produção da verdade se dá por uma operação historiográfica específica, na qual a natureza da nação é definida como uma essência: nessas memórias históricas o tempo não constrói a República, o tempo a revela. Porém, nesse movimento, limita a necessidade de pensar o que é a República e o que é a opção pela República.” (SOUSA, 2012, Pág. 92).

Tendo em vista esses posicionamentos, o que esperar da chegada de Rio Branco no IHGB? Olegário Herculano deixaria um legado de afirmação de uma escrita patriótica e bem característica do século XIX, sendo conciliadora e talvez responsável pela manutenção vital do IHGB ao longo daqueles anos. Seguindo nessa lógica, o que os autores abordam aqui sobre o José Maria da Silva Paranhos Jr, Barão do Rio Branco (1907-1912), que assumira após a breve presidência de Marquês de Paranaguá, é destoante no que tange sua efetiva participação na condução do instituto do paço imperial.

A caracterização da instituição como um lugar de devoção ao passado e neutro em relação ao presente, talvez pudesse transparecer a alguns contemporâneos uma postura distante do Instituto Histórico às questões atuais do país, afirma Hruby (2007). O que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

muito provavelmente deve-se aos esforços de Aquino de Castro. Porém a eleição de 1907 para presidência do IHGB vai transparecer uma posição entendida em Rio Branco, de uma "aproximação" desses problemas que o IHGB tanto buscou se isentar como demonstrado aqui. Para tal narrativa, Lúcia Guimarães e Hruby olham textos que demonstram momentos diferentes da presença de Rio Branco no IHGB. Para exemplificar essas análises, veja-se o discurso de posse de Luís Antonio Ferreira Gualberto, que endossa uma guinada no escopo de ação do instituto, baseado na escolha do Rio Branco como presidente que motivou a ideia de uma criação de uma “Universidade Brasileira”, proposta por Alberto Torres, que seria responsável pela “missão de fazer intervir eficazmente a intelectualidade brasileira na direção da nossa vida social e política”⁵.(HRUBY, 2007).

A afirmação que a proposta fora recebida como “altamente favorável” segundo coloca Guimarães (1999), é contraditória diz Hruby, baseando-se no parecer do relator Augusto Olímpio Viveiros de Castro, em 1912, que afirmava “em razão do quanto de trabalho ainda possuíam, os sócios do Instituto não poderiam *distrain esforços* tomando a iniciativa deste projeto para a criação da Universidade Brasileira”. As diferentes noções das fontes estabelecidas nas obras citadas demonstram que o debate acerca do que efetivamente fora criado e suplantado pela passagem de Rio Branco pelo IHGB e assim como todo o período inicial República, ainda carece de estudos em relação aos devidos apontamentos do que ocorrera, podendo ser feita uma análise das reminiscências nos comportamentos diplomáticos da primeira metade do século XX, que talvez tenham raízes na comunicação entre centros institucionais, como o Ministério das relações exteriores e o IHGB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma importante contribuição dos autores até aqui citados, que se debruçam sobre essa temática, em especial nesse recorte tão pouco estudado, é que houve uma absorção de valores monárquicos na escrita republicana. A recepção da proclamação da República

⁵ Trecho do discurso de Luís Antonio Ferreira Gualberto usado referenciado por Hruby presente na 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. RIHGB, t. 71, parte 2, p. 560-561, 1909.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora frustrada, tal qual o Tântalo em seus suplícios, estavam tão perto de uma reconfiguração imperial com demandas futuras para um terceiro reinado. Agora teriam que conviver com os pecados de seu patrono, e aprendendo a se portar diante do novo que era "bárbaro" até ontem.

As diversas possibilidades de pesquisa nesse período tão conturbado e rico em detalhes se comparados a outros momentos de nossa história, podem trazer respostas ou novos questionamentos para a constituição da História da disciplina História, noções de nação e pátria ou mesmo formação de território sustentado por uma narrativa dos espaços. Estudar o período da primeira república serve para entender nossos primeiros passos enquanto uma nação com um passado imperial cercada de repúblicas e como isso afetou os direcionamentos posteriores do Brasil.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, L. M. P. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos-Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História, São Paulo*, n. 141, p. 91-100, 1999

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo, Rio de Janeiro*, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005.

_____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional da América. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, n. 20, p. 217-229, 1997.

HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912). 2007. 233 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2007

NABUCO, Joaquim. O dever dos Monarquistas: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895.

_____. A república é incontestável. *Gazeta de Notícias*, 19 de setembro de 1906.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SOUSA, Francisco Gouvea de. Proclamação e revolta: recepções da república pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900). 2012. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social da Cultura, História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.